

O TURISMO COMO FERRAMENTA PARA A PROTEÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL ARQUEOLÓGICO: UM ESTUDO NA APA CARSTE DE LAGOA SANTA – MG

TOURISM AS A ARCHAEOLOGICAL HERITAGE PROTECTION TOOL: A STUDY AT THE ENVIRONMENTAL PROTECTED AREA OF THE LAGOA SANTA KARST, MINAS GERAIS

Débora Goulart Becheleni (1) & Mirna de Lima Medeiros (2)

(1) Instituto Estrada Real – Turismóloga e Analista de Projetos

(2) Universidade de São Paulo – Turismóloga e Mestranda em Administração de Organizações

Belo Horizonte MG - debora.goulart@gmail.com; mirnamedeiros@hotmail.com

Resumo

A existência de diferentes enfoques da prática do turismo e os diversos interesses dos viajantes abrem oportunidade para a utilização do patrimônio cultural arqueológico para fins turísticos. Entretanto, sabe-se que a atividade quando exercida desordenadamente pode causar impactos negativos ao ambiente e, ao se tratar especificamente dos vestígios arqueológicos, tais danos podem ser irreversíveis. Por outro lado, o planejamento do turismo possibilita a identificação, valorização e conservação do meio. A fragilidade intrínseca dos patrimônios culturais arqueológicos somados à pouca quantidade de estudos desenvolvidos sobre a relação da arqueologia com o turismo justificam o esforço de pesquisa em questão. Buscou-se analisar brevemente o Arqueoturismo, identificando como a atividade pode ser utilizada como uma ferramenta para a proteção do patrimônio cultural arqueológico a partir do estudo do referencial teórico e do caso de uma região onde a atividade ainda é pouco estruturada, apesar de haver alto potencial. Optou-se pela pesquisa exploratória, com abordagem qualitativa, valendo-se do método do estudo de caso e interpretação dos dados por via da análise de conteúdo. O estudo de caso da APA Carste de Lagoa Santa permitiu a observação da realidade, potencial, possibilidades e limitações para este tipo de turismo na região.

Palavras-Chave: Turismo; Arqueologia; Patrimônio; Conservação.

Abstract

The existence of different focuses in tourism practices and of different travelers' interests offers opportunities for using cultural archaeological heritage for touristic purposes. However, it is known that when tourism activities are disorderly carried out, there can be a negative impact on the environment, and particularly with regard to archaeological remains, such damage can be irreversible. On the other hand, tourism planning makes it possible to identify, conserve and enhance the value of nature. The intrinsic fragility of archaeological cultural heritage as well as the small quantity of studies on the relationship between archaeology and tourism justifies the present research efforts. A brief analysis of Archaeological Tourism is presented, identifying how the activity can be used as a tool to protect archaeological cultural heritage, based on the study of the theoretical framework and of the case of a region where there is little structure for Archaeological Tourism despite its high potential. The conceptualization chosen was that of an exploratory study with a qualitative approach, using the case study method and interpreting data via content analysis. The case study on Carste Environmental Protection Area in Lagoa Santa provided for observing the scenario, potential, possibilities and limitations for this kind of tourism in the region.

Key-Words: Tourism; Archaeology; Heritage; Preservation.

Introdução

Atualmente diversos países possuem o turismo cultural ligado à questão arqueológica como uma de suas fontes de renda e o número de pessoas que visitam sítios arqueológicos em todo o mundo aumenta a cada ano (Archeological Institute of America, 2008; Marzari, 2004; Pardi, 2007). São

exemplos de locais que se valem de atrativos turísticos arqueológicos como um diferencial Machu Pichu, no Peru, ou ainda Stonehenge, na Inglaterra. O Brasil, apesar de rico em vestígios materiais e sítios arqueológicos (existem mais de 10 mil sítios arqueológicos cadastrados no IPHAN¹), não usufrui significativamente desse patrimônio como meio

gerador de recursos e de desenvolvimento regional. Nos poucos casos de ocorrência de aproveitamento turístico dos ambientes arqueológicos, em grande medida, a atividade é pouco planejada ou possui um planejamento inadequado, o que pode gerar impactos negativos e, até mesmo, a destruição deste patrimônio. É pautado nessa questão preocupante e na natureza frágil, finita e não renovável do patrimônio arqueológico (Lima, 2007) que se optou pelo desenvolvimento deste estudo.

A região escolhida para análise, a APA Carste de Lagoa Santa, localiza-se em uma área cárstica do estado de Minas Gerais. O carste apresenta uma grande vocação para o turismo por possuir paisagens de raras e diferentes formações, como as dolinas ou as grutas, por exemplo. Contudo, segundo Kohler (1989, p. 63) “o relevo cárstico é, por definição, frágil. Os constantes abatimentos e inundações não comportam grandes obras de engenharia e as áreas industriais deveriam ser evitadas”. Entretanto, o que vem acontecendo na área analisada é exatamente o contrário: a expansão industrial se dá cada vez de maneira mais acentuada.

Apesar da APA Carste de Lagoa Santa ser legalmente protegida, existem ainda atividades exploratórias exercidas ali que podem abalar e comprometer as pesquisas científicas e a qualidade ambiental da região (Deus et. al, 1997). A possibilidade de perda de patrimônios, inclusive inexplorados, na região, justifica a necessidade de um estudo e planejamento sustentável para o local. Dessa forma, uma análise da realidade da região e da viabilidade turística da mesma poderão contribuir para o desenvolvimento do turismo de forma planejada e sustentável

Diante do cenário brevemente apresentado, o objetivo do estudo realizado foi analisar a relação do turismo e da arqueologia, por meio de um estudo de uma região com potencial, discorrendo sobre como o turismo pode ser uma alternativa para a proteção do patrimônio arqueológico.

Metodologia

A proposta seguiu a opção pela pesquisa exploratória com abordagem predominantemente qualitativa. Conforme Gil (2002), as pesquisas exploratórias colaboram para descrições precisas, aclaram e ajudam a modificar conceitos e idéias, facilitando a verificação de relações entre os elementos estudados, através do estudo do material bibliográfico e documental a que o pesquisador tem acesso. Optou-se pelo uso do método de estudo de caso único, pois, entre as diferentes aplicações do estudo de caso está “explicar supostos vínculos

causais em intervenções da vida real que são complexos demais para as estratégias experimentais ou aquelas utilizadas em levantamentos” (Yin, 2001, p. 34). Assim, a amostra, é não-probabilística, delimitada por julgamento, conveniência e acessibilidade. O estudo de caso foi realizado no estado de Minas Gerais, na região de Lagoa Santa por este local ser um dos marcos da história do homem e da arqueologia brasileira.

Foram utilizadas várias técnicas para a coleta dos dados, pois “o poder diferenciador do estudo de caso é sua capacidade de lidar com uma ampla variedade de evidências” (Yin, 2001, p.27). Entre elas: a observação direta, análise documental e entrevista em profundidade. A observação teve como finalidade analisar a realidade da região, sua infra-estrutura, características, visão dos envolvidos, entre outras questões. A análise documental, inicialmente, teve como finalidade a familiarização com o tema e *a posteriori* serviu como embasamento para as inferências. Foram realizadas entrevistas em profundidade com cerca de 14 pessoas, entre as quais incluem-se expertises da área de arqueologia e de turismo, responsáveis pelos sítios, bem como membros da secretaria de turismo e cultura e associações locais. A análise dos resultados seguiu uma abordagem qualitativa, para a qual utilizou-se a análise de conteúdo, por se tratar de um conjunto de instrumentos metodológicos que se aplicam a discursos (conteúdos e continentes) extremamente diversificados (Bardin, 1977).

Turismo e Arqueologia

Como consequência da expansão da atividade turística, cresceu a procura por destinos diferenciados, o que tem levado à ampliação e diversificação das modalidades turísticas existentes. Da necessidade de um turismo voltado para o diferente, o novo, para o fortalecimento de uma identidade e significação de um patrimônio, surge o Turismo Cultural (Barretto, 2000). Este é impulsionado pela vontade de entrar em contato com diferentes costumes e hábitos (Meneses, 2004; Irving & Azevedo, 2002). A busca por novas fontes de atrativos turísticos para a formatação de produtos deste segmento abre a oportunidade para a emergência do chamado Turismo Arqueológico. Esses tipos de destino (de turismo arqueológico) são um produto turístico distinto que dependem de recursos frágeis e não renováveis (Helmy & Cooper, 2002).

O turismo é uma área transdisciplinar e multifacetada (Rodrigues, 2001) e, sendo assim, é objeto interessante para várias áreas de pesquisa e

envolve uma série de atores. O fato de haver uma série de envolvidos, visões, bem como impactos e ainda, a tendência de se utilizar áreas protegidas para fins turísticos, fazem emergir uma série de questões como, por exemplo, a importância do planejamento turístico. Este planejamento consiste em “ordenar as ações do homem sobre o território e ocupa-se em direcionar a construção de equipamentos e facilidades de forma adequada evitando, dessa forma, os efeitos negativos nos recursos” (Ruschmann, 1997, p. 9).

É essencial que o planejamento busque o equilíbrio entre as atividades turísticas e os recursos naturais, culturais e sociais da região, evitando que o Turismo cause danos às bases que fazem a atividade existir. Segundo Hell e MacArthur (1998 apud Helmy & Cooper, 2002) é um consenso que a gestão turística dos patrimônios deve maximizar a qualidade da experiência do visitante, enquanto minimiza o impacto no recurso patrimonial. Um dos princípios do planejamento com base no legado cultural deve ser o da sustentabilidade, visando à conscientização e educação da população acerca da preservação de seu próprio patrimônio (Barretto, 2000). O Turismo, quando planejado, pode minimizar os impactos negativos da atividade sobre o ambiente e, ao mesmo tempo, gerar benefícios para uma região na medida em que o Turismo é capaz de contribuir para a conscientização e valorização de um patrimônio por parte da comunidade (Ferreti, 2002).

Percebe-se que, hoje em dia, os destinos turísticos mais competitivos são aqueles que possuem ao mesmo tempo qualidade ambiental e identidade cultural. A sustentabilidade turística de um local, no entanto, não depende apenas do respeito ao capital natural e ao capital cultural da comunidade receptora, mas também de um turista educado para saber como se comportar diante deste meio (Souza, 2002). Em conformidade, Castelli expõe que

[...] é preciso despertar a consciência de que, muito antes dos reflexos econômicos, o turismo deve fazer sobressair a importância do inter-relacionamento entre as pessoas, dentro de uma consciência de respeito de todos os elementos que formam a cultura do povo. (Castelli, 1990, p.123)

Graham et al (2000 apud Merriman 2004, p.04) definiu patrimônio, e conseqüentemente também o patrimônio arqueológico, como uma dualidade entre tanto o capital econômico quanto o capital cultural que existem em tensão mútua e, portanto, tensões e conflitos são qualidades inerentes do patrimônio, qualquer que seja sua forma. Uma

das formas de informar e conscientizar as pessoas (tanto turistas quanto comunidade), bem como minimizar os conflitos decorrentes da dualidade dos capitais atribuídos ao patrimônio é por meio da educação patrimonial, que consiste em um conjunto de ações com metodologia própria que promove o conhecimento sobre os bens culturais. São atividades, hoje classificadas como interdisciplinares, que procuram reconhecer e valorizar as referências culturais locais, propiciando a preservação do patrimônio. Na educação patrimonial, cada vez mais, os provedores devem planejar a atividade considerando não apenas a interpretação auditiva, visual e tátil, mas também pensando sobre como engajar as emoções dos visitantes, se quiserem causar uma impressão duradoura e agregar verdadeiro valor ao patrimônio (Mori, 2000 apud Merriman, 2004).

O desenvolvimento da atividade turística qualificada de ‘sustentável’ exige a incorporação de princípios e valores éticos, uma nova forma de pensar a democratização de oportunidades e benefícios, e um novo modelo de implementação de projetos, centrado em parceria, co-responsabilidade e participação. (Irving & Azevedo, 2002, p. 17)

O desejo de conhecer e entender outras culturas movimentou milhares de pessoas em todo o globo há muito tempo, segundo Barreto (1995, p.43), “há autores que situam o começo do turismo no século VIII a.C., na Grécia”. Entretanto, a atração pela arqueologia é mais recente e se deve muito à popularidade dos filmes, como os do personagem Indiana Jones, por exemplo, que despertou a curiosidade e vontade de buscar o desconhecido em muitas pessoas (Scatamacchia, 2005). O turismo arqueológico

[...] consiste no processo decorrente do deslocamento e da permanência de visitantes a locais denominados sítios arqueológicos, onde são encontrados os vestígios remanescentes de antigas sociedades, sejam elas pré-históricas e/ou históricas, passíveis de visitação terrestre ou aquática (Manzato, 2005, p. 44).

Tânia Andrade Lima (2007) salienta que o turismo arqueológico pode ser um vigoroso instrumento de preservação de sítios bem como pode aniquilá-los de vez. A autora afirma que quando bem planejado e gerido, promove a compreensão mútua e o respeito entre os povos, permite a apreciação e valorização da diversidade cultural, possibilita que um maior número de pessoas desfrute dos bens arqueológicos e revitaliza econômica, social e culturalmente comunidades à margem, ao mesmo

tempo em que assegura a sustentabilidade e a manutenção do patrimônio arqueológico.

Sobre a aproximação do público aos bens arqueológicos, Ulpiano (2007) frisa que, para o desenvolvimento de atividades como o turismo em sítios arqueológicos é necessário um rigoroso exame dos benefícios e respectivos beneficiários, bem como o confronto dos benefícios com os possíveis ônus das comunidades. Além disso, discorre sobre a arqueologia pública (*public archaeology*) como forma de designar um dos campos de atuação da arqueologia “*extramuros acadêmicos*” que tem o dever de criar condições para a fruição pública de um bem público (o arqueológico), de ampliar os beneficiários e aprofundar as formas de fruição por meio da socialização do conhecimento arqueológico produzido.

Segundo Merriman (2004), o termo arqueologia pública iniciou sua entrada no uso comum da arqueologia com a publicação de McGimsey em 1972. A noção sofreu algumas alterações daquela época até o presente. Foi associada às exigências práticas da gestão de recursos culturais (CRM – *cultural resource management*) direcionada ao desenvolvimento; aos interesses e engajamento públicos na arqueologia como campanhas de minorias (indígenas, por exemplo) pelo estudo e interpretação de seu passado, pressões exercidas com vistas a alterar legislações e/ou projetos, representações públicas de arqueologia (como museus e exposições), gestão de recursos culturais, intendência do lugar, combate ao loteamento e comércio ilícito e transparência do uso da verba pública; e, com o aumento da profissionalização da arqueologia, e com a gestão dos recursos culturais (arqueológicos) por e para o público por parte do Estado e de seus agentes, entre os quais se incluem os arqueólogos. Em alguns lugares, um sentido ainda mais amplo do termo “arqueologia pública” se desenvolveu e Schadla-Hall (1999 apud Merriman, 2004) a definiu como “qualquer área de atividade arqueológica que interagiu ou tem potencial para interagir com o público”. Ascherson (2000 apud Merriman, 2004) sugere, então, que as questões na “arqueologia pública” versam a respeito dos problemas que emergem quando a arqueologia se move em direção ao mundo real de conflitos econômicos e batalhas políticas. Sendo assim, a arqueologia pública é um campo de potenciais interfaces com o turismo (bem como com outras áreas), uma vez que, é necessário buscar maneiras seguras e construtivas de disponibilizar o uso de sítios para o turismo, visando garantir a sensibilização do cidadão, assim como a

devolução do conhecimento produzido sobre esses bens (Pardi, 2001).

O turismo cultural com abordagem arqueológica no Brasil, ainda é pequeno se comparado ao potencial deste território. Isso acontece por vários motivos, entre eles, provavelmente, a falta de estrutura e condições que possibilitem a visitação em sítios arqueológicos no país. Parte do vasto patrimônio arqueológico brasileiro certamente poderia ser explorado turisticamente. O que poderia colaborar para a diminuição da perda de material e objetos importantes para o estudo da nossa história. Scatamacchia (2005, p. 30) destaca que:

Se do ponto de vista da pesquisa os avanços foram muitos, do ponto de vista da divulgação, a arqueologia brasileira continua sendo uma abstração para a maioria da população. Talvez essa falta de conhecimento e familiaridade do grande público com o patrimônio arqueológico nacional seja o principal responsável pelo pouco aproveitamento social dos sítios arqueológicos.

Entretanto, apesar de o turismo arqueológico ainda não ser amplamente difundido no Brasil, é possível perceber, através de exemplos bem sucedidos em outros países, que este tipo de atividade pode ser importante para o destino, uma vez que possibilita a visitação controlada em sítios além de adequar outros já existentes para uma visitação sustentável, gerando desenvolvimento e preservação ambiental. A conservação dos atrativos arqueológicos, bem como a mitigação dos impactos negativos do turismo depende da estruturação da atividade, que requer a integração e implementação de princípios de desenvolvimento sustentável no planejamento e gestão do turismo. Além disso, o ordenamento desses esforços entre autoridades públicas e outros *stakeholders* na preservação é um elemento chave desta política de desenvolvimento (Helmy & Cooper, 2002). Os sítios que alcançam maior visibilidade no país atualmente são os denominados sambaquis², localizados principalmente ao longo do litoral brasileiro, e os que possuem pinturas rupestres, que se localizam principalmente no interior do país. Em Minas Gerais, estado onde se localiza a área de estudo deste trabalho, existem algumas pinturas rupestres com datações de até doze mil anos (Prous, 1992). Esses sítios podem constituir um atrativo turístico não só pela qualidade (visibilidade, legibilidade) das pinturas, mas como também pela idade que possuem e o valor cultural que representam.

Um dos dilemas atuais, segundo Scatamacchia (2005), é tentar conciliar as tendências da globalização com a diversidade de valores culturais que estão presentes na história do homem. O turismo surge nesse contexto como uma possibilidade para a sustentabilidade, de forma integrada, da preservação das diferentes manifestações do patrimônio cultural e ambiental (Marzari, 2004). De acordo com Scatamacchia (2005, p. 12) “a utilização de sítios arqueológicos dentro de um programa estruturado de turismo é uma forma de conservação desses bens (...)”. Ou seja, a exposição controlada dos patrimônios arqueológicos, através de um estudo e planejamento da atividade turística, pode auferir recursos importantes para a revitalização, proteção e incentivo às pesquisas arqueológicas no ambiente. Como a atividade turística exige cuidados, manutenção e conservação do objeto de visitação, o turismo deveria ser visto como uma ferramenta de proteção sempre que possível, já que é uma fonte não só de recursos, como também de participação comunitária, preservação e desenvolvimento.

Acredita-se que uma proposta de Turismo Cultural estruturada, que englobe sítios arqueológicos, poderia servir, principalmente, como um fator de conscientização da população, na medida em que a valorização de um patrimônio se encontra diretamente ligada à democratização de seu acesso. Deus et al (1997), Lima (2007) e Lener (1991 apud Caldarelli, 2007) salientam que só se valoriza aquilo que se conhece e, a partir dessa valorização, é possível alcançar uma maior proteção do patrimônio. Ressalta-se a importância do planejamento da atividade turística a fim de evitar futuras consequências negativas para o meio. O turismo quando não organizado por profissionais qualificados, pode se transformar em um transtorno para uma comunidade por se tornar um turismo de massa. Ainda nessa linha de pensamento, surgem outros pontos negativos, oriundos tanto do turismo de massa quanto da falta de instrumentos para a gestão do patrimônio arqueológico regional. O vandalismo, a depredação e o descaso do poder público são fortes empecilhos tanto para o desenvolvimento do turismo sustentável quanto para as pesquisas científicas. Afinal, o sítio quando não conservado, além de perder seu valor como atrativo turístico apresenta poucos vestígios passíveis de serem analisados pelos arqueólogos, paleontólogos, etc. Por isso, ainda existe hoje certa resistência destes profissionais com relação à abertura dos sítios para visitação turística, o receio de que o turismo não seja bem planejado e estruturado, entre outras questões, faz com que muitos especialistas sejam contra o Turismo Arqueológico.

Segundo Lobo et al (2006, p.13) “a exploração da atividade turística em ambientes naturais, ainda que feita de forma responsável, causa impactos negativos” e isso se torna mais acentuado de acordo com a fragilidade e especificidade do ambiente, contudo, o turismo pode se apresentar como uma das formas de exploração ambiental menos degradantes se for organizado em bases ecoturísticas (que depende do ambiente em estado próximo ao natural para existir) e se for acompanhado de um plano de manejo que contemple as particularidades de cada local norteando a execução da atividade de forma a privilegiar a interpretação e a educação ambiental. Os autores discorriam sobre o ambiente cavernícola, no entanto as considerações são plenamente aplicáveis a todo o sistema cárstico, pois estes são particularmente frágeis e as alterações neste tipo de meio, em geral, são irreversíveis.

A APA Carste de Lagoa Santa

A APA Carste de Lagoa Santa está localizada a cerca de 30 quilômetros de Belo Horizonte, capital do estado, e faz parte de uma das regiões mais ricas no que diz respeito à arqueologia, paleontologia e espeleologia no Brasil. A APA abrange os municípios de Lagoa Santa, Pedro Leopoldo, Confins, Matozinhos e Funilândia. A região possui 96 sítios arqueológicos cadastrados pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional³, sendo 29 deles localizados em Pedro Leopoldo e 36 em Matozinhos. Confins e Funilândia não apresentam sítios arqueológicos cadastrados, entretanto é importante frisar que antes de ser elevado à categoria de município, Confins era distrito de Lagoa Santa. É possível que o banco de dados do Instituto não tenha sido atualizado, apontando deste modo os sítios da área como localizados em Lagoa Santa.

O carste é um relevo característico de áreas onde ocorrem rochas solúveis, sendo a água o principal agente geomórfico. Possui uma paisagem específica por esta ter se desenvolvido ao longo do tempo a partir da dissolução das rochas do ambiente, apresentando feições como as dolinas ou as grutas, por exemplo (Sweeting apud Piló, 1998). Por serem altamente solúveis as rochas são capazes de absorver as águas do ambiente e reter o líquido em aquíferos subterrâneos. Assim, algo que polua as águas do carste, como, por exemplo, produtos advindos da agricultura ou esgoto, são rapidamente drenados para o subterrâneo atingindo os aquíferos locais.

Alterações no ecossistema ou a perturbação de qualquer elemento envolvido no processo de

transformação das rochas desse ambiente podem resultar em impactos em todo o carste (Deus et al, 1997; Hardt, 2008; Scatamacchia, 2005). Alguns exemplos, além do anteriormente citado, são: a instalação de estruturas mal planejadas nas grutas pode causar a impermeabilização do solo, o que modifica toda a dinâmica do carste e dificulta o processo de formação desse relevo. O desmatamento também afeta a dinâmica cárstica, na medida em que retira a cobertura de proteção natural do solo e altera o sistema de drenagem. Diante das questões supracitadas explicita-se a fragilidade do meio e percebe-se a importância de sua proteção. Dessa forma, salienta-se a necessidade de um planejamento interdisciplinar que englobe profissionais de áreas com diferentes interesses na exploração do carste, para que sejam elaborados melhores projetos e propostas para o uso sustentável da região pelas diversos setores da economia.

De toda a APA Carste de Lagoa Santa, poucos são os sítios arqueológicos abertos a algum tipo de visitação. Dentre os sítios acessíveis, destaca-se a Lapa do Ballet, localizada em área da mineradora Lafarge, que conta com toda uma infra-estrutura para visitação turística. Contudo, apesar de ser possível o acesso ao local, é necessária antes uma autorização da empresa, do IPHAN e do IBAMA, onde se deve explicar qual seria o interesse na visitação deste sítio. A região conta ainda com outros importantes sítios arqueológicos como o de Cerca Grande ou o da Lapa do Baú, entretanto, ambos os sítios se localizam em terras de propriedade privada e não possuem estrutura para visitação.

A impossibilidade de acesso é um dos principais problemas para se estabelecer o turismo arqueológico na região da APA, isso se deve ao fato de que a maioria dos patrimônios culturais está localizada em área de propriedade particular. O tombamento não interfere no domínio de tais bens, o que significa que os sítios arqueológicos, mesmo tombados, permanecem em propriedade particular e sob a posse do proprietário daquelas terras, com a única diferença de que, a partir do tombamento, passam a existir algumas limitações acerca da alteração das características do patrimônio.

Sendo assim, tem-se que, para o desenvolvimento do turismo arqueológico na área de análise, seria necessário primeiro motivar os proprietários para a inserção do patrimônio localizado em suas terras em um roteiro ou projeto turístico. Entretanto, pela falta de conhecimento e informação tanto sobre a relevância destes patrimônios quanto sobre os possíveis benefícios do turismo, poucos se interessam por este tipo de

atividade e optam por utilizar o espaço para agricultura ou pecuária, o que pode degradar os sítios arqueológicos.

Quase todos os sítios da APA Carste de Lagoa Santa já sofreram com os impactos da urbanização e industrialização do local. Um dos mais importantes sítios da região, o de Cerca Grande⁴, que possui mais de 10 mil anos (Prous, 2003), localiza-se em uma fazenda e tem o seu acesso restrito, inclusive para pesquisadores e estudantes, sendo o espaço utilizado hoje como pastagem para gado. Alguns dos sítios já estão totalmente destruídos como, por exemplo, a Lapa Vermelha de Lagoa Santa. Tal nível de degradação ambiental gera duas reflexões: primeiro a de que o turismo não pode ser estruturado em qualquer um destes sítios, visto que muitos já estão extremamente degradados; segundo a de que o turismo planejado pode contribuir para a conscientização e conservação dos que ainda se encontram em melhor estado de conservação. Destacam-se ainda na região em foco: a escassez ou subutilização dos equipamentos culturais, a carência de materiais interpretativos e recursos humanos especializados para o Turismo arqueológico, além da falta de estudos relacionados à demanda turística para o patrimônio arqueológico da região.

De acordo com as entrevistas realizadas, percebeu-se que o turismo arqueológico deve ser estruturado a partir de projetos que visem sua sustentabilidade e ao mesmo tempo, e principalmente, o desenvolvimento econômico, cultural e social da região. O que seria possível, segundo alguns entrevistados, através da melhoria das articulações e estruturação de parcerias entre poder público, privado e comunidade, bem como com o próprio meio acadêmico que muitas vezes desenvolve pesquisas ou trabalhos de campo na região e não fornece um retorno às instâncias e locais pesquisados ou não buscam meios para aplicação das considerações e conclusões de seus trabalhos, uma vez que a área ainda não conta com projetos ou propostas estruturadas ou em conjunto para o desenvolvimento deste tipo de turismo.

Considerações Finais

Como explicado anteriormente, a região de Lagoa Santa apresenta muitas potencialidades para o desenvolvimento do turismo arqueológico. Além disso, o fato de quase todas as cidades da área em análise fazerem parte do Circuito Turístico das Grutas proporciona ao local uma grande visibilidade e possibilidade de desenvolvimento turístico sustentável através de planejamento e projetos público-privados articulados com os já existentes, o

que poderia conferir maior competitividade ao destino. Poder-se-ia estabelecer uma relação harmônica entre “passado” e “futuro” por meio de projetos e estudos aplicados que envolvam incentivo à cultura e ao resgate da memória da comunidade, fazendo com que “tradição” e “modernidade” andem juntas rumo ao desenvolvimento social, econômico e cultural. Assim, podem-se evitar perdas de patrimônios importantes e ao mesmo tempo gerar alternativas para o controle de urbanização, industrialização e uso do solo.

Uma proposta viável e interessante para a região seria o uso de instrumentos para a preservação arqueológica, entre os quais se destacam a inclusão social, a educação patrimonial e o turismo (Lima, 2007). O desejável é que, sempre que possível, se trabalhassem com esses, bem como outros instrumentos - legislação, cartas arqueológicas municipais, pesquisas, entre outros (Tocchetto & Thiesen, 2007) – de forma articulada e coerente com vistas a maximizar os benefícios da interação do público com o patrimônio arqueológico e minimizar potenciais impactos.

Turismo e educação patrimonial são perfeitamente combináveis e podem resultar em uma vivência, de certa maneira, mais rica e proveitosa na medida em que podem contribuir para a formação de um elo mais duradouro de associação do cognitivo ao afetivo. Schaan (2007) sugere que programas de educação patrimonial envolvam a divulgação de conceitos e práticas arqueológicas. Além disso, podem também propor atividades como, por exemplo, a produção de cerâmica ou gravuras inspiradas naquele patrimônio arqueológico observado durante a visita, tomando como base suas técnicas, formas e decoração, promovendo uma ligação com o passado por meio da revivescência dessas práticas antigas.

Como o turismo na região ainda não se encontra consolidado, poucos são os atrativos turísticos estruturados para qualquer tipo de visita turística. Toda essa precariedade na infraestrutura de apoio turístico se torna um dos pontos mais importantes a serem trabalhados na região para que a mesma se configure como um destino de turismo arqueológico. O poder público é apontado como um dos principais responsáveis pelo sucesso ou não da atividade que este trabalho propõe na medida em que é ele o responsável por fiscalizar, liberar verbas para o planejamento e contratação de profissionais qualificados, além de incentivar o Turismo local. Ao mesmo tempo, é dever do poder público controlar o uso de ocupação do solo, bem como ceder ou não a apelos de indústrias para o desenvolvimento de suas atividades na área.

Contudo, o que parece ser o maior fator limitante para o desenvolvimento da atividade turística na região em análise é a desarticulação entre poder público e privado. A falta de recursos e de incentivos aos proprietários de áreas particulares inseridas na APA Carste de Lagoa Santa, relacionadas à gestão e uso turístico do patrimônio arqueológico é uma das deficiências provenientes dessa desarticulação. Ocorre ainda a falta de entrosamento e de trabalho conjunto entre os órgãos gestores e fiscalizadores desse patrimônio nas esferas municipal, estadual e federal.

Conclui-se que a área, apesar do potencial, necessita primeiramente de regras para a gestão dos patrimônios culturais e plano de manejo para que os mesmos se insiram em um programa de Turismo Arqueológico. Pode-se dizer que a APA Carste de Lagoa Santa é uma das áreas que poderia valer-se do Arqueoturismo como forma de proteção de seu patrimônio e que também necessita de ações como esta, já que possui riquezas únicas no que diz respeito à arqueologia, se localiza próxima à capital do Estado de Minas Gerais, apresenta grande facilidade de acesso, revela belezas naturais de diversos tipos e ainda conta com cidades já preparadas para visita em grutas, o que poderia contribuir para a promoção da região como um todo. Além disso, a região encontra-se ameaçada pelo acelerado processo de urbanização e industrialização da área, o que reforça a necessidade da proteção do carste.

Através da democratização do acesso aos sítios arqueológicos, ao conhecimento da Arqueologia e de um determinado grupo social, é possível conscientizar tanto a população local quanto os turistas sobre a necessidade da proteção do patrimônio cultural arqueológico, que na APA Carste de Lagoa Santa já se encontra ameaçado. A valorização das diferenças culturais; em contraposição ao rápido processo de globalização, que padroniza destinos, culturas e povos; incita o engajamento coletivo da sociedade em movimentos de proteção e preservação da sua própria história. A sensibilização de um povo sobre sua cultura, identidade e preservação de seu próprio patrimônio pode garantir a sustentabilidade dos sítios. Trabalhar a tradição de um povo como produto turístico pode contribuir para a recuperação da identidade das pessoas e, conseqüentemente, para a manutenção de seus patrimônios.

A exposição dos sítios à atividade turística sem um plano de manejo adequado leva à perda deste patrimônio e, por outro lado, um sítio degradado inibe ou até mesmo anula o seu potencial turístico. As particularidades do ambiente e sua

notável fragilidade demandam dos planos uma concepção holística e multidisciplinar baseada nos princípios da sustentabilidade, com a elaboração realizada por uma equipe qualificada e heterogênea, constituída por arqueólogos, turismólogos, geógrafos, geólogos, biólogos, gestores, entre outros profissionais que possam contribuir para a concepção deste tipo de plano.

Além disso, deve-se pensar em políticas públicas claras e exequíveis, bem como na conscientização da população, dos proprietários e dos visitantes. Hoffman et al (2002) salienta essa necessidade de interação dos profissionais com os arqueólogos, uma vez que estes não recebem em sua formação suficiente conhecimento sobre desenvolvimento do turismo e como tornar a arqueologia pública. A articulação entre os *stakeholders* é fundamental, o que foi salientado pelas entrevistas e por alguns autores como Helmy e Cooper (2002) e Lima (2007) que salienta que a incorporação de múltiplas vozes ao processo decisório é também uma garantia contra a preservação de passados excludentes. Desta forma, é notável a congruência entre os princípios que dão sentido à conservação do patrimônio cultural e os princípios em que se baseia o turismo sustentável.

A partir dos dados obtidos no decorrer do estudo identificamos algumas potencialidades e limitações relacionadas ao Turismo Arqueológico na APA Carste de Lagoa Santa. A proposta de interface

das áreas turismo e arqueologia e de utilização dos sítios arqueológicos para fins turísticos, baseou-se no pressuposto salientado por diversos autores de que o turismo planejado pode servir como ferramenta para a o auto-reconhecimento, valorização e proteção do patrimônio. Infere-se, portanto que o Turismo Arqueológico pode ser utilizado como mecanismo de gestão do patrimônio e proteção do carste, através dos preceitos da sustentabilidade e de uma maior valorização do patrimônio local.

Diante da importância do patrimônio, dos poucos estudos acadêmicos e da fragilidade do ambiente, propõem-se alguns tópicos para estudos futuros, entre os quais se podem citar: estudos com a população local; estudos junto aos proprietários de terras onde se encontram alguns dos sítios da região; a análise da possibilidade de criação de museus a céu aberto na APA; ou ainda um estudo aprofundado com o poder público local. O esforço de pesquisa certamente possui algumas limitações como, por exemplo, a dificuldade de acesso aos sítios arqueológicos da região. Entretanto, espera-se que as reflexões e conceitos aqui apresentados contribuam para discussões acerca do Turismo e da Arqueologia e, principalmente, que estimulem não só debates, mas também ações interdisciplinares que contribuam para unir diferentes profissionais em prol de um bem comum.

Referências Bibliográficas

- Archaeological Institute of America. 2008. *A Guide to Best Practices for Archaeological Tourism*. Disponível em: <http://www.archaeology.org/online/features/guidelines/index.html>. Acessado em 20 nov 2009.
- Archerson, N. 2000. The Museum of Scotland. *Public Archaeology* 1 (1): 82-4.
- Bardin, L. 1977. *Análise de conteúdo*. Lisboa: Edições 70, 225p.
- Barreto, M. 1995. *Manual de Iniciação ao Estudo do Turismo*. 8 Ed, Campinas: Papyrus, 164p.
- Barreto, M. 2000. *Turismo e Legado Cultural: As Possibilidades do Planejamento*. 2 Ed. Campinas: Papyrus, 96p.
- Caldarelli, S. B. 2007. Pesquisa arqueológica em projetos de infra-estrutura: a opção pela preservação. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, 33: 153-173.
- Castelli, G. 1990. *Turismo: Atividade Marcante no Século XX*. 2 Ed. Caxias do Sul: Educs, 127p.
- Deus, J. A. S., Ferreira, C. C. D. & Rodrigues, R. S. 1997. Preservação da Área Cárstica de Lagoa Santa/MG através da Educação Ambiental. *Geonomos*, 2 (5):49-54.
- Ferreti, E. R. 2002. *Turismo e Meio Ambiente: Uma Abordagem Integrada*, São Paulo: Roca, 184p.
- Gil, A. C. 1999. *Métodos e técnicas de pesquisa social*. 5. Ed, São Paulo: Atlas, 208p.

- Hall, C. M. 2001. *Planejamento Turístico: Políticas, processos e relacionamentos*. São Paulo: Contexto, 296p.
- Hall, C.M. & McArthur, S. 1998. *Integrated Heritage Management: Principles and Practice*. London: Stationery Office, 252p.
- Hardt, R. 2008. *Sistema cárstico e impactos antrópicos: Considerações sobre o manejo*. Anais... 1º Simpósio de Pós-Graduação em Geografia do estado de São Paulo - SIMPGEO/SP, Rio Claro. Disponível em: <http://www.rc.unesp.br/igce/simpgeo/1295-1309rubens.pdf> Acessado em 11 out 2009.
- Helmy, E.; Cooper, C. 2002. An Assessment of Sustainable Tourism Planning for the Archaeological Heritage: The Case of Egypt. *Journal of Sustainable Tourism*, 10 (6): 514- 535.
- Hoffman, T. L., Kwas, M. L. & Silverman, H. 2002. *Heritage tourism and public archaeology*. The SAA Archeological Record. Disponível em: http://www.saa.org/Portals/0/SAA/Public/education_documents/Mar0230-32.pdf Acessado em 11 ago 2009.
- Irving, M. A. & Azevedo, J. 2002. *Turismo: O desafio da Sustentabilidade*. São Paulo: Futura, 224p.
- Kohler, H. C. 1989. *Geomorfologia Cárstica na Região de Lagoa Santa – MG*. São Paulo, USP, 1989. Tese de Doutorado, Universidade de São Paulo, Departamento de Geografia. 113p.
- Lener, S. 1991. Saving sites: preservation and education. In. Smith, G. S.; Ehrenhard, J. E. 1991. *Protecting the past*. Tallahassee: CRC Press.
- Lima, T. A. 2007. Um passado para o presente: preservação arqueológica em questão. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, 33: 5-21.
- Lobo, H. A. S. Piloneto, A, Benites, G, Rangel, M. C. R., Silva, M. C. F., Melo, M. E& Ferreira, R. P. 2006. *Reflexões e propostas para as políticas públicas de espeleoturismo no Brasil*. Disponível em: [http://www.periodicodeturismo.com.br/site/artigo/pdf/Reflexões e propostas para as políticas públicas de espeleoturismo no Brasil.pdf](http://www.periodicodeturismo.com.br/site/artigo/pdf/Reflexões_e_propostas_para_as_políticas_públicas_de_espeleoturismo_no_Brasil.pdf) Acessado em 21 dez 2009.
- Manzato, F. 2005. *Turismo Arqueológico: diagnóstico em sítios pré-históricos e históricos no Estado de São Paulo*. Caxias do Sul, 2005. Dissertação de Mestrado, Universidade de Caxias do Sul, 2005. 122p.
- Marzari, C. *Reflexiones sobre la Conservación y el Desarrollo Turístico en Sítios de Patrimônio Arqueológico Rupestre*. Gestión Cultural Nº 9: Turismo Arqueológico, 2004. Disponível em: <http://www.gestioncultural.org/gc/boletin/pdf/Arqueoturismo/CMarzari.pdf> Acessado em 11 dez 2008.
- McGimsey, C. R. 1972. *Public Archaeology*. New York: McGraw Hill.
- Meneses, J. N. C. 2004. *História e Turismo Cultural*. Belo Horizonte: Autêntica, 128p.
- Merriman, N. 2004. *Public Archaeology*. London: Routledge, 306p.
- Pardi, M. L. F. A preservação do patrimônio arqueológico e o turismo. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, 33: 305-337.
- Piló, L.B. 1998. *Morfologia Cárstica e Materiais Constituintes* [recurso eletrônico]: Dinâmica e Evolução da Depressão Poligonal Macacos-Baú, Carste de Lagoa Santa, MG. São Paulo, USP, 1998. Tese de Doutorado, Universidade de São Paulo, Departamento de Geografia.
- Prous, A. 1992. *Arqueologia Brasileira*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 605p.
- Prous, A. et al. 2003. *O Patrimônio Arqueológico da Região de Matozinhos: Conhecer para Proteger*. Belo Horizonte: Ed. do autor, 132p.
- Rodrigues, A. A. B. 2001. Geografia do Turismo: novos desafios. In: TRIGO, L.G.G. (org.). *Turismo: como aprender, como ensinar*. São Paulo: SENAC, 320p.

- Ruschmann, D. 1997. *Turismo e Planejamento Sustentável: A Proteção do Meio Ambiente*. 8 Ed. Campinas: Papyrus, 199p.
- De Sá, E. S. et al. 1994. *Manual de Normalização de Trabalhos Técnicos, Científicos e Culturais*. 5 Ed. Petrópolis: Vozes, 184p.
- Scatamacchia, M.C. M. 2005. *Turismo e Arqueologia*. São Paulo: Aleph, 83p.
- Schaan, D. P. 2007. Múltiplas vozes, memórias e histórias: por uma gestão compartilhada do patrimônio arqueológico na Amazônia. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, 33: 109-134.
- Schadla-Hall, T. 1999. Editorial: Public Archaeology. *European Journal of Archaeology* 2(2): 147-158.
- Souza, J. C. & De Souza, L. S. 2002. *Turismo Sustentável: Cultura - Relações Públicas - Qualidade*. Salvador: SCT-STC, 123p.
- Tochetto, F. & Thiesen, B. 2007. A memória fora de nós: a preservação do patrimônio arqueológico em áreas urbanas. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, 33: 175-199.
- Ulpiano, T. B. M. 2007. Premissas para a formulação de políticas públicas em arqueologia. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, 33: 37-57.
- Yin, R. 2001. *Estudo de Caso: planejamento e métodos*. 2. Ed. Porto Alegre: Bookman, 205p.
- Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/portal/montarPaginaInicial.do> Acessado em 03 set 2008.

Fluxo editorial:

Recebido em: 26.06.2010
Enviado para avaliação em: 26.06.2010
Aprovado em: 28.07.2010



A revista *Turismo e Paisagens Cársticas* é uma publicação da Seção de Espeleoturismo da Sociedade Brasileira de Espeleologia (SeTur/SBE). Para submissão de artigos ou consulta aos já publicados visite:

www.sbe.com.br/turismo.asp

¹ Disponível em:

<http://portal.iphan.gov.br/portal/montarPaginaSecao.do?retorno=paginalphan&sigla=Institucional&id=12944>

² Acumulação artificial de conchas e moluscos, vestígios da alimentação de grupos humanos. (Prous, 1992, p. 204.)

³ Disponível em:

<http://portal.iphan.gov.br/portal/montaPesquisaPatrimonioCultural.do?tipo=SitiosArqueologicos>

⁴ Como forma de compensação pela instalação e operação de empreendimentos públicos na região de estudo foi proposta a criação do Sistema de Áreas Protegidas (SAP) no Vetor Norte da Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH). A criação do SAP no Vetor Norte é uma das medidas do Plano de Governança Ambiental e Urbanística da RMBH (Decreto Estadual no 44.500/07). O sistema visa a proteção do patrimônio arqueológico, espeleológico, paleontológico, natural e paisagístico da região por meio da criação de unidades de proteção que devem servir como referência para ações de planejamento e controle. Cerca de quinze unidades, totalizando 11 mil hectares de áreas protegidas, foram propostas, entre as quais destacam-se, em nosso contexto, o Parque Estadual Cerca Grande e o Monumento Natural Lapa Vermelha, oficializados no primeiro semestre de 2010.